

ATA DA REUNIÃO ABERTURA DO CONSINCA

Aos dezanove dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às oito horas, no Auditório da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), em Brasília/DF, realizou-se, de forma híbrida (presencial e online para os(as) Conselheiros(as) com transmissão ao vivo pelo YouTube para o público em geral, a Reunião de Abertura do Conselho Consultivo do Instituto Nacional de Câncer (CONSINCA), com a participação de representantes do Ministério da Saúde (MS), do Instituto Nacional de Câncer (INCA), do Departamento de Atenção ao Câncer (DECAN), da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), e os seguintes órgãos, entidades e instâncias que compõem o Consinca: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS); Instituto Nacional de Câncer (INCA/SAES/MS); Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS/MS); Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde (SCTIE/MS); Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA/MS); Instituto Vencer o Câncer; Associação Brasileira de Câncer de Cabeça e Pescoço (ACBG Brasil) e Conselho Federal de Nutricionistas (CNS); Associação Brasileira de Registros de Câncer (ABRC); Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular (ABHH); Fundação Oncocentro de São Paulo (FOSP); Sociedade Brasileira de Radioterapia; Sociedade Brasileira de Cancerologia (SBC); Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC); Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica (SBCO); Sociedade Brasileira de Enfermagem Oncológica (SBEONET); Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica (SOBOPE); Sociedade Brasileira de Nutrição Oncológica (SBNO); Sociedade Brasileira de Farmacêuticos em Oncologia (SOBRAFO); Sociedade Brasileira de Patologia (SBP); Associação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Combate ao Câncer (ABIFICC); Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino (ABRAHUE); Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB); Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH); Instituto do Câncer de São Paulo Octavio Frias de Oliveira (ICESP); Instituto do Câncer do Ceará (ICC); Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (HCFMRP); Instituto Mário Penna: José Mourão Neto (Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (FEMAMA); Instituto Oncoguia; Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (ABRALE); Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (FEMAMA); ACT Promoção da Saúde - Aliança de Controle do

Tabagismo; Instituto Lado a Lado pela Vida; Confederação Nacional de Instituições de Apoio e Assistência à Criança e ao Adolescente com Câncer (CONIACC).

A reunião foi aberta pelo cerimonial, com a composição da mesa institucional, integrada pelo Sr. Carlos Amilcar Salgado, Secretário-Adjunto da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS); pelo Sr. Jonas Gonseth García, representante da OPAS/OMS; pelo Sr. Roberto Gil, Diretor-Geral do INCA; e pela Sra. Flávia Alvarenga, Diretora Adjunta do Departamento de Atenção ao Câncer (DECAN).

Em sua fala inicial, a Sra. Flávia Alvarenga destacou a relevância estratégica da agenda do câncer, enfatizando que se trata de uma pauta de Estado, especialmente diante da estimativa anual de mais de 700 mil novos casos da doença. Ressaltou sua trajetória no SUS e o compromisso institucional com a ampliação do acesso ao cuidado oncológico, além da importância do CONSINCA como instância de assessoramento, acompanhamento e controle social das políticas públicas.

O Sr. Jonas Gonseth García destacou a atuação da OPAS/OMS no apoio às políticas de controle do câncer, especialmente na América Latina, ressaltando a prioridade do câncer do colo do útero na agenda internacional. Enfatizou a importância do rastreamento, da prevenção e da atenção primária, defendendo que a pauta deve ser tratada de forma prioritária e articulada entre os diferentes atores institucionais e sociais.

O Sr. Roberto Gil destacou o papel do CONSINCA como espaço de escuta e construção coletiva de políticas públicas, ressaltando o amadurecimento institucional da política oncológica desde sua implementação em 2023. Apontou desafios relacionados ao rastreamento, diagnóstico precoce, reabilitação e cuidados paliativos, além de mencionar investimentos em cirurgia oncológica, inovação tecnológica e ampliação da rede assistencial. Ressaltou a importância da participação da sociedade civil e da articulação entre os diversos atores envolvidos.

O Sr. Carlos Amilcar Salgado ressaltou o compromisso do Ministério da Saúde com o fortalecimento do SUS e com a garantia do direito à saúde, destacando que o enfrentamento do câncer exige atuação integrada, responsabilidade técnica e ampliação da capacidade de atendimento. Enfatizou a necessidade de redução do tempo de espera, ampliação do acesso a medicamentos, inovação tecnológica, regionalização do atendimento e sustentabilidade do sistema.

Na sequência, a Sra. Guacyra Magalhães Pires Bezerra, Diretora do DECAN, participou de forma remota, agradecendo a presença dos participantes e destacando a expectativa de

que o ano de 2026 represente um avanço significativo na condução das políticas oncológicas, com fortalecimento da articulação institucional.

Dando prosseguimento, procedeu-se à leitura da ata da reunião anterior, realizada em nove de dezembro de 2025, pela Sra. Karine Bonfante, a qual apresentou os principais pontos debatidos, incluindo o balanço da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer (PNPCC), o Projeto OncoBrasil, o mapeamento do câncer infantojuvenil e as portarias estruturantes, destacando-se a pactuação tripartite, a revisão dos planos estaduais e a integração dos sistemas de informação. Ao final, a ata foi aprovada sem ressalvas.

Na sequência, a Sra. Flávia Alvarenga apresentou a nova estrutura do DECAN, destacando a organização em três coordenações gerais e áreas de apoio técnico, jurídico e de gestão. O Sr. Alex Magalhães apresentou as ações da Coordenação-Geral de Planejamento e Monitoramento do Câncer (CGPCAN /DECAN/SAES/MS), destacando o monitoramento de indicadores, a identificação de vazios assistenciais e a execução do Programa de Expansão da Radioterapia no SUS (PERSUS II), com previsão de aquisição de aceleradores lineares e ampliação da rede assistencial.

A Sra. Paula Diniz apresentou as ações da Coordenação-Geral de Prevenção e Controle do Câncer (CGCAN/DECAN/SAES/MS), enfatizando a elaboração de protocolos clínicos, avaliação de tecnologias, ampliação do acesso a tratamentos e desenvolvimento de iniciativas como cirurgia robótica, rastreamento colorretal e reconstrução mamária no SUS. A Sra. Suyanne Monteiro, apresentou a Coordenação da Política de Prevenção e Controle do Câncer Infantojuvenil (COCANI/CGCAN/DECAN/SAES/MS), destacando sua estruturação como agenda estratégica, com ações voltadas à equidade, qualificação do cuidado e organização da rede. Ressaltou iniciativas como o Plano Nacional, o manual de alta suspeição, a linha de cuidado do retinoblastoma, a ampliação do acesso a medicamentos e o fortalecimento dos registros.

A Sra. Natali Minoia apresentou a Coordenadora-Geral de Estratégias Inovadoras e Colaborativas de Atenção ao Câncer (CGECON/DECAN/SAES/MS) a partir das ações voltadas à integração da rede de atenção, à construção e qualificação dos planos estaduais de oncologia, à redução de vazios assistenciais e à ampliação do acesso ao diagnóstico e tratamento, destacando a existência de planos estaduais ainda desatualizados e a necessidade de revisão e apoio técnico aos entes federativos.

A Sra. Vera Luiza Costa e Silva apresentou a Carta em Defesa da Manutenção da Regulação dos Dispositivos Eletrônicos para Fumar, destacando o impacto do tabagismo

na saúde pública, a necessidade de manutenção da proibição desses dispositivos e o fortalecimento das ações de prevenção, fiscalização e controle.

Na plenária, diversos participantes apresentaram contribuições. A Sra. Luciana Holtz (Oncoguia) questionou a integração entre os planos nacionais e estaduais, os indicadores e os fluxos dos PCDT. O Sr. Ricardo Curioso, representante da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB), destacou a evolução histórica da oncologia e a importância das discussões atuais. O Sr. Pascoal, representante da Associação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Combate ao Câncer (ABIFICC), manifestou preocupação com prazos e sustentabilidade da radioterapia. O Sr. Wilson de Almeida, representante da Sociedade Brasileira de Radioterapia, destacou os desafios relacionados à tecnologia, manutenção e financiamento. O Sr. Rodrigo Pinheiro, representante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica (SBCO), ressaltou a importância da cirurgia oncológica. A Sra. Catherine Moura, representante da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (ABRALE), enfatizou a necessidade de indicadores e mensuração de resultados. O Sr. Elias Miziara, representante da Sociedade Brasileira de Patologia (SBP), destacou dificuldades relacionadas ao financiamento de exames diagnósticos. A Sra. Mariana Michalowski, representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica (SOBOPE), enfatizou desigualdades na oncologia pediátrica.

Em resposta, a Sra. Natali Minoia esclareceu a situação dos planos estaduais, informando que existem 23 planos, sendo 15 desatualizados, e destacou a necessidade de alinhamento com o plano nacional. O Sr. Alex Magalhães abordou a evolução dos indicadores e os desafios de financiamento da radioterapia. O Sr. Roberto Gil reforçou a necessidade de planejamento de longo prazo e sustentabilidade.

O mestre de cerimônias deu início às atividades da mesa da tarde e convidou para compor a mesa o Sr. Roberto Gil e a Sra. Flávia Alvarenga. Em seguida, o Sr. Roberto Gil convidou o Sr. Pascoal, representante da ABIFICC, para também compor a mesa.

O Sr. Pascoal iniciou sua fala agradecendo ao Sr. Roberto Gil pelo convite e pela composição da mesa. Em seguida, mencionou a realização do 6º Fórum de Oncologia, com o tema “Cuidado Contínuo ao Paciente Oncológico”, realizado nos dias 7 e 8 de abril. O Sr. Pascoal ressaltou a presença de participantes que contribuíram para o evento, com menção à Sra. Paula Diniz, e ao Sr. Dalmare Falcão. Informou que, ao final do Fórum, foi consolidada uma carta de intenções, voltada ao fortalecimento das redes integradas de cuidado, à articulação entre atenção básica e atenção especializada e ao diagnóstico precoce. Em sua fala, destacou a importância do fortalecimento da atenção básica de forma

qualificada, especialmente no acompanhamento dos pacientes oncológicos. Também mencionou a relevância das instituições voltadas ao atendimento dos pacientes, da integração assistencial eficiente e da criação de mecanismos mais ágeis, com protocolos claros de acompanhamento, ponto que identificou como crítico no sistema. O Sr. Pascoal também abordou a necessidade de modelos de financiamento que incentivassem a sustentabilidade das entidades filantrópicas, bem como o uso de dados para a continuidade dos trabalhos. Nesse sentido, defendeu o apoio ao desenvolvimento de plataformas de dados, a atualização de protocolos e tecnologias. Na sequência, destacou a centralidade do paciente na jornada do cuidado, incluindo atenção básica, atenção especializada e cuidados paliativos. Ao final, o Sr. Pascoal afirmou que a ABIFICC reiterava a importância de integrar a atenção básica e especializada como forma de cuidado à vida. Em seguida, finalizou sua participação com a entrega da carta.

A Sra. Flávia Alvarenga destacou que o Ministério da Saúde possuía compromisso com a integração das ações apresentadas, reforçando a importância da continuidade dos trabalhos e da articulação institucional para o avanço da pauta.

Na sequência da programação da tarde, foi realizado o lançamento do livro “A Situação do Câncer no Brasil”, pela Sra. Márcia Sarpa, Coordenadora de Prevenção e Vigilância do INCA, com análise dos fatores de risco, evolução epidemiológica e políticas públicas. Em seguida, a Sra. Suyanne Monteiro, Coordenadora da COCANI/CGCAN/DECAN apresentou a atualização do Plano de Enfrentamento do Câncer Infantojuvenil, detalhando ações nos eixos de diagnóstico, tratamento e registro, incluindo mapeamento da rede, protocolos clínicos, cuidados paliativos e estratégias de equidade.

A Sra. Flávia Alvarenga apresentou a estratégia de implementação do rastreamento do câncer do colo do útero com teste de DNA-HPV, destacando metas nacionais, estratégias de expansão, priorização de populações vulneráveis e integração dos sistemas de informação.

O Sr. Dalmare Falcão, Coordenador-Geral da CGAFAE/DAF/SCTIE/MS, apresentou a proposta da Assistência Farmacêutica em Oncologia (AF-ONCO), destacando os modelos de aquisição de medicamentos, o investimento previsto, a ampliação do acesso a tecnologias e os mecanismos de monitoramento e regulação.

Na plenária final, foram discutidos temas relacionados à implementação da AF-ONCO, urgências clínicas, participação das sociedades científicas, sustentabilidade, fluxos operacionais, comunicação e qualificação dos gestores, conforme segue:

O Sr. Roberto Gil iniciou a discussão questionando o Sr. Dalmare sobre o papel das Secretarias Estaduais na implementação das centrais de diluição, indagando acerca das responsabilidades relativas à implantação, transporte de medicamentos e definição das atribuições entre estados e Ministério da Saúde. Em resposta, o Sr. Dalmare esclareceu que a responsabilidade pelas centrais de diluição é dos estados, incluindo financiamento e logística, cabendo ao Ministério da Saúde a normatização e definição do modelo de funcionamento. Informou ainda que está em construção uma listagem atualizada de CACON e UNACON e que será exigido dos estados um mapeamento das centrais, a ser realizado em parceria com municípios e unidades habilitadas, mediante avaliação técnica, não sendo possível a alegação de incapacidade sem análise prévia.

Na sequência, o Sr. Mario Jorge, representante da SOBRAFO, destacou que a proposta já havia sido discutida previamente em fóruns com gestores estaduais e que oficinas realizadas na Região Nordeste contribuíram para o amadurecimento do tema. Retomando a palavra, o Sr. Roberto Gil observou que alguns gestores ainda apresentavam lacunas de conhecimento, inclusive em aspectos operacionais, ressaltando o papel do INCA no alinhamento das ações e no avanço da proposta, que considerou inovadora para a organização da assistência farmacêutica oncológica.

A Sra. Clarissa Baldotto, da SBOC, parabenizou o Ministério da Saúde, destacando a consistência do plano e seu potencial para se consolidar como política de Estado. Colocou a entidade à disposição para colaborar, especialmente na área de comunicação e capacitação, apontando a disseminação de informações como desafio central. Em seguida, o Sr. Angelo Maiolino, da ABHH, destacou que grande parte dos medicamentos propostos se relaciona à hematologia, ressaltou avanços já alcançados e reforçou a importância da atuação conjunta das sociedades médicas, colocando a entidade à disposição para contribuir.

O Sr. Jorge Vaz, também da ABHH, defendeu maior participação direta da entidade nas discussões e criticou a existência de etapas intermediárias na comunicação entre instituições. Alertou ainda para a necessidade de maior celeridade no acesso a medicamentos em casos urgentes. O Sr. Pascoal, por sua vez, elogiou o trabalho desenvolvido, mas demonstrou preocupação com dificuldades operacionais na ponta, solicitando melhor orientação a estados e municípios e reforçando a necessidade de monitoramento contínuo da implementação.

A Sra. Helena Esteves, do Oncoguia, parabenizou os avanços, mas questionou os prazos para a efetiva chegada dos benefícios aos pacientes, bem como as estratégias de compra

e concorrência entre medicamentos, além de solicitar divulgação prévia do calendário de atividades. O Sr. Mario Jorge (SOBRAFO) destacou a construção colaborativa do processo e a importância do nivelamento de informações entre gestores. A Sra. Mariana Michalowski (SOBOPE) chamou atenção para o atraso na incorporação de terapias pediátricas, ressaltando desigualdades em relação ao tratamento de adultos.

A Sra. Paula Diniz (CGCAN/DECAN/SAES/MS) informou que estão sendo estruturados mecanismos para garantir acesso imediato a medicamentos em situações de urgência. O Sr. Roberto Gil ressaltou a importância de controle dessas exceções, alertando para riscos de distorções e enfatizando a necessidade de sustentabilidade do sistema e o papel da CONITEC. O Sr. Jorge Vaz complementou defendendo a criação de listas pré-definidas para casos urgentes, apresentando evidências sobre o impacto do tempo de acesso no prognóstico dos pacientes.

A Sra. Flávia Alvarenga (DECAN/SAES/MS) apresentou o calendário das reuniões, destacando a importância de sua manutenção para garantir previsibilidade. A Sra. Suyanne Monteiro (COCANI/CGCAN/DECAN/SAES/MS) abordou dificuldades regulatórias relacionadas a medicamentos pediátricos e informou a realização de mapeamento para subsidiar avanços. O Sr. Roberto Gil questionou as estratégias voltadas ao diagnóstico precoce do câncer infantil, enfatizando a necessidade de decisões baseadas em evidências científicas. Em resposta, a Sra. Suyanne destacou a importância de abordagens diferenciadas para doenças raras e do uso de dados do mundo real, enquanto a Sra. Mariana reforçou a necessidade de aprimoramento dos registros e monitoramento dos casos.

O Sr. Pascoal solicitou o compartilhamento das apresentações da reunião, com concordância do Sr. Roberto Gil (INCA/SAES/MS) e autorização da Sra. Flávia, que ressaltou a possibilidade de atualização dos dados. Em seguida, o Sr. Roberto Gil questionou a estratégia de fornecimento de testes diagnósticos, ao que a Sra. Flávia respondeu que o Ministério da Saúde prioriza o uso de tecnologia nacional, especialmente do IBMP, ao mesmo tempo em que busca ampliar a automatização e aproveitar estruturas já existentes.

O Sr. Dalmare Falcão (CGAFAP/DAF/SCTIE/MS) explicou o fluxo de distribuição dos medicamentos e destacou a importância do cumprimento dos protocolos clínicos. O Sr. Roberto Gil reforçou a necessidade de evitar uso fora de protocolo, garantindo padronização e transparência. Na sequência, a Sra. Helena retomou questionamentos sobre prazos e concorrência entre medicamentos, sendo esclarecido pelo Sr. Dalmare que

haverá implementação gradual, com possibilidade de concorrência entre terapias equivalentes visando maior eficiência nas compras públicas.

A Sra. Helena ponderou sobre os desafios práticos dessa concorrência, colocando a entidade à disposição para contribuir, enquanto o Sr. Dalmare informou que os temas ainda serão debatidos com os participantes.

Ao final, foram consolidadas as deliberações, destacando-se a aprovação da ata anterior, a continuidade das políticas estruturantes, a pactuação federativa, a necessidade de revisão dos planos estaduais, a ampliação da integração de sistemas, o fortalecimento dos indicadores e a continuidade das discussões em reuniões futuras.

Como encaminhamentos, foram definidos a consolidação dos indicadores, a publicação e execução do PERSUS II, a realização de oficinas regionais da AF-ONCO, a submissão do Plano Operativo do Ministério da Saúde para implementação da Rede de Prevenção e Controle do Câncer (RPCC) à consulta pública, a qualificação dos registros de câncer, o monitoramento contínuo das ações e o compartilhamento dos materiais apresentados.

Foram confirmadas as próximas reuniões do CONSINCA para os dias 25 de agosto de 2026 e 17 de novembro de 2026.

Por fim, a Sra. Flávia Alvarenga encerrou a reunião agradecendo as contribuições, e o Sr. Roberto Gil finalizou destacando a importância da cooperação entre os atores envolvidos e os desafios da implementação, enfatizando a necessidade de esforço coletivo para o êxito da política.